



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROJETO DE LEI

Nº: 486/2016

AUTOR: Deputada Cristina Silvestri

EMENTA:

DISPÕE SOBRE MEDIDAS E RECICLAGEM DE ÓLEOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL DE USO CULINÁRIO E SEUS RESIDUAIS, EM TODO O ESTADO DO PARANÁ.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROJETO DE LEI 486/2016

(Autoria da deputada Cristina Silvestri)

Dispõe sobre medidas de coleta e reciclagem de óleo de origem vegetal e animal de uso culinário e seus resíduos em todo o Estado do Paraná.

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo dispor sobre medidas de coleta e de reciclagem de óleo e gordura usadas de origem vegetal e animal de uso culinário e seus resíduos a fim de minimizar os impactos ambientais que seu despejo inadequado pode causar.

Parágrafo único. Entende-se por reciclagem de óleo e gordura usadas de origem vegetal e animal de uso culinário e seus resíduos e utilização do resíduo como matéria-prima em processo industrializado.

Art. 2º Os estabelecimentos industriais e comerciais que utilizarem óleos e gorduras animal ou vegetal para uso culinário próprio ou para preparo de produtos a serem comercializados ficam responsáveis pelo descarte adequado de seus resíduos, respeitando o seguinte:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

I. Necessidade de acondicionamento adequado em recipientes próprios e devidamente fechados, com identificação do coletor, e o seguinte dizer: *“Contém resíduos de óleo e gordura, imprópria para consumo humano”*;

II. Obrigatoriedade de encaminhamento dos resíduos aos postos de arrecadação credenciados ou licenciados para este fim ou serviços de coleta seletiva.

Parágrafo único. É vedada a realização de qualquer tipo de cobrança ao consumidor para o descarte do óleo usado.

Art. 3º A destinação final dos resíduos oriundos da utilização de óleos e de gorduras de origem vegetal ou animal de uso culinário deverá ser de forma ambientalmente adequada, em locais devidamente licenciados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ficando proibido o lançamento.

I. em pias, ralos, ou canalização que levem ao sistema de esgotos públicos;

II. em guias e sarjetas, bocas de lobo, bueiros ou canalizações que levem ao sistema de drenagem de águas pluviais, ou

III. em córregos, rios, nascentes, lagos e lagoas;

CAPÍTULO II

DAS RESPONSABILIDADES

SEÇÃO I



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DOS EMPREENDIMENTOS QUE TRABALHAM COM REFEIÇÕES EM GERAL

Art. 4º São empreendimentos que trabalham com refeições em geral:

- I. bares;
- II. restaurantes;
- III. lanchonetes;
- IV. padarias; ou
- V. outros estabelecimentos que, independentemente do tamanho

de sua área de atendimento ao público, possui manuseio de óleo e gordura de origem vegetal e animal de uso culinário.

Art.5º São obrigações dos empreendimentos que trabalham com refeições em geral:

- I. treinar seus funcionários quanto ao procedimento a ser adotado para o armazenamento de óleos e gorduras de origem vegetal e animal de uso culinário e seu resíduo, esclarecendo-os sobre os danos causados ao meio ambiente pelo descarte do material em pias e ralos;
- II. acondicionar óleos e gorduras de origem vegetal e animal de uso culinário e seu resíduo usado adequadamente em recipientes com superfície impermeável, devidamente fechado, e encaminhá-lo a locais devidamente licenciados nos termos do art. 3º desta Lei;
- III. tomar medidas necessárias para evitar que óleos e gorduras de origem vegetal e animal de uso culinário venham a ser contaminados por produtos químicos, combustíveis, solventes ou por outras substâncias nocivas;
- IV. acionar a instituição responsável pela coleta antes que os recipientes alcancem os limites máximos de armazenamento;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

V. destinar óleos e gorduras de origem vegetal e animal de uso culinário e seus resíduos somente às instituições devidamente credenciadas pelo órgão ambiental estadual competente; e

VI. manter em arquivo pelo prazo de cinco anos os comprovantes de coleta do material, a ser emitido no ato de sua retirada, pela instituição acionada para a coleta.

SEÇÃO II

DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIALIZADORES DE ÓLEOS E GORDURAS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL DE USO CULINÁRIO.

Art. 6º São estabelecimentos comercializadores de óleos e gorduras de origem vegetal e animal de uso culinário os empreendimentos que comercializam óleo e gorduras de origem vegetal e animal de uso culinário e que possuam área destinada ao público superior a cinquenta metros quadrados.

Art. 7º São obrigações dos empreendimentos comercializadores de óleo de gordura de origem vegetal e animal de uso culinário;

I. afixar em locais visíveis junto às entradas principais do estabelecimento cartazes informando sobre os perigos do descarte inadequado de óleos e gorduras de origem vegetal e animal de uso culinário usado, com dimensões mínimas de sessenta centímetros de altura por sessenta centímetros de largura, contendo os seguintes dizeres:

“O óleo de cozinha usado, despejado no ralo da pia, causa



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

entupimento na rede de esgoto e polui rios e mares.

Apenas um único litro de óleo de cozinha usado pode poluir até 20.000 litros de água potável.

O óleo de cozinha usado, já frio, deve ser armazenado em garrafas PET, preferencialmente transparentes.

Esta estabelecimento possui recipiente especial para o descarte do óleo de cozinha usado, deposite-o aqui, faça a sua parte.”

II. possuir no interior da sua loja, próximo às entradas principais, recipientes especiais para o descarte de óleo e gordura de origem vegetal e animal de uso culinário e seu resíduo, com tamanho adequado e que atendam as conformidades da legislação ambiental competente;

III. tomar medidas necessárias para evitar que óleos e gorduras de origem vegetal e animal de uso culinário venham a ser contaminados por produtos químicos, combustíveis, solventes ou por outras substâncias nocivas;

IV. acionar a instituição responsável pela coleta, antes que os recipientes alcancem os limites máximos de armazenamento disponíveis;

V. destinar óleo e gorduras de origem vegetal e animal de uso culinário e seu resíduo somente a instituições devidamente habilitadas pelo órgão ambiental competente; e

VI. manter em arquivo pelo prazo de cinco anos os comprovantes de coleta de material, a ser emitido no ato de sua retirada, pela instituição acionada para a coleta.

SEÇÃO III



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
DO RECEPTOR DE ÓLEO E GORDURA DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL
DE USO CULINÁRIO E DE SEU RESÍDUO.

Art. 8º Considera-se receptor de óleo e gordura de origem vegetal e animal de uso culinário e de seu resíduos toda a pessoa física ou jurídica que comercialize óleos e gorduras de origem vegetal e animal de uso culinário como substituto de um produto comercial ou que os utilize como matéria-prima em processo industrial.

Art. 9º São obrigações do receptor de óleos e gorduras de origem vegetal e animal de uso culinário e de seu resíduo:

- I. submeter ao órgão ambiental competente o sistema de tratamento e destinação final dos resíduos de óleos e gorduras de origem animal de uso culinário para prévia aprovação.
- II. responsabilizar-se pela destinação final de óleo e gorduras de origem vegetal e animal de uso culinário e de seu resíduo, por meio de sistemas de tratamento e reutilização aprovados pelo órgão ambiental competente;
- III. somente dispor dos resíduos derivados do processo de industrialização de óleos e gorduras de origem vegetal e animal de uso culinário, após submetê-los a tratamento prévio;
- IV. garantir que as atividades de manuseio, transporte e transbordo de óleos e gorduras de origem vegetal e animal de uso culinário e seu resíduo coletados sejam efetuados em condições adequadas de segurança e por pessoal capacitado, atendendo à legislação pertinente;
- V. entregar no ato da retirada do material o comprovante de coleta, em duas vias, ficando uma no estabelecimento em que foi realizada a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

coleta e a outra permanecendo em posse do receptor de óleos e gorduras de origem vegetal e animal de uso culinário e de seu resíduo para fins de fiscalização; e

VI. manter em arquivo pelo prazo de cinco anos todos os comprovantes de coleta devidamente organizados para fins de fiscalização.

Parágrafo único. O comprovante de coleta, a ser emitido em duas vias, deve conter:

- I. os dados da instituição de reciclagem no cabeçalho do formulário;
- II. numeração;
- III. o nome e endereço do local onde houve a coleta;
- IV. a data da coleta;
- V. a quantidade coletada;
- VII. campo para o preenchimento do número do documento de identidade do funcionário da instituição responsável pela coleta;
- VIII. assinaturas dos responsáveis pela entrega e pela coleta do material.

CAPÍTULO III DAS PENALIDADES

Art. 10º A inobservância das disposições desta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

I. advertência por escrito, notificando-se o infrator para sanar as irregularidades no prazo de trinta dias, contando da data da notificação, sob pena de multa;

II. quando a irregularidade não for sanada no prazo legal após haver recebido notificação por escrito, aplicação de multa no valor de:

a) duas Unidades Padrão Fiscal (UPF) para empreendimentos que possuam área edificada de até cem metros quadrados;

b) três UPF para empreendimentos que possuam área edificada superior cem metros quadrados e inferior a duzentos metros quadrados; ou

c) dez UPF para empreendimentos que possuam área edificada superior a duzentos metros quadrados;

III. suspensão das atividades, em caso de reincidência, até que a infração seja sanada, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei que possam ser aplicadas.

Art. 11º Os valores arrecadados com as penalidades previstas nesta Lei serão depositados no Fundo Estadual do Meio Ambiente.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Art.12º A autorização para a instituição de reciclagem ser considerada apta a coletar, transportar e tratar óleo e gordura de origem vegetal e animal de uso culinário e seu resíduo será emitida pelo órgão ambiental competente, mediante solicitação do requerente.

Art. 13º Os Municípios do Estado do Paraná ficarão obrigados a adquirir uma Usina de Biodiesel Móvel, a um custo entre R\$100.000,00 e R\$300.000,00 para a implantação desta usina.

Art. 14º Será disponibilizado um aplicativo para smartphones onde a população possuirá fácil acesso aos postos de coleta disponíveis próximo a sua residência.

Art. 15º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 16º Esta Lei entra em vigor em noventa dias após a data da sua publicação.

Sala de sessões, ____ de _____ de 20__ .



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Justificativa

Este projeto de Lei tem como objetivo dispor sobre medidas de coleta e de reciclagem de óleo de origem vegetal e animal de uso culinário e seus resíduos, a fim de minimizar os impactos ambientais que seu despejo inadequado pode causar.

Muitos bares, restaurantes, hotéis e residências ainda jogam o óleo utilizado na cozinha direto na rede de esgoto, desconhecendo os prejuízos dessa ação.

Quando retido no encanamento, o óleo causa entupimento das tubulações e faz com que seja necessária a aplicação de diversos produtos químicos para a sua remoção. Se não existir um sistema de tratamento de esgoto, o óleo acaba se espalhando na superfície dos rios e das represas, contaminando a água, o ar e a vida de muitos animais, inclusive o homem.

Dados apontam que com um litro de óleo é possível contaminar 20.000 litros de água. Se acabar no solo, o líquido pode impermeabilizá-lo, o que contribui com enchentes e alagamentos. Além disso, quando entra em processo de decomposição, o óleo libera o gás metano que, além do mau cheiro, agrava o efeito estufa.

Diante deste contexto, conto com o apoio dos nobres Pares para votação favorável a esta propositura.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA DA EQUIPE

Este projeto de Lei tem como objetivo dispor sobre medidas da coleta e da reciclagem dos óleos de origem vegetal e animal de uso culinário em biodiesel, a fim de diminuir os impactos do meio ambiente e contribuir para a logística reversa das indústrias através da transformação do óleo usado em biodiesel.

Também propomos a implantação de usina de biodiesel móvel para a transformação dos óleos usados e seus resíduos.

Através de um aplicativo disponibilizaremos fácil acesso aos postos de coleta para a população.

Preocupando-se também com a Logística Reversa das indústrias que utilizam o óleo transformado como matéria-prima.

Esse projeto de lei elaborado com base em estudos técnicos realizados pela Instituição Serviço Nacionais de Aprendizagem Industrial – SENAI Curitiba/Boqueirão – sob a coordenação da professora Kátia Eliana Benvenuti Kestering

Aluno (a)s: Ana Elize de Oliveira Martinez; Marianna Calesco, , Julio Cesar Alves Bodaneze